

## **O TEC NEP COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Ana Lídia Braga Melo Cunha

Lenina Lopes Soares Silva

*Instituto Federal do Rio Grande do Norte*

*albmpedagoga@hotmail.com*

*lenina.lopes@ifrn.edu.br*

A Ação Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP) foi criada no ano 2000, na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPC). Essa é uma política pública de âmbito nacional, voltada para o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais. A pesquisa analisou o TEC NEP como política pública, visando compreender o processo de sua implementação na RFEPC. A metodologia utilizada é de natureza bibliográfica e documental pela qual problematizou-se a temática em análise dentro de uma abordagem histórica-dialética no trato dos elementos da questão que envolve a educação especial em suas interfaces com a educação profissional. Logo, ao avaliarmos a implementação dessa política consideramos que ela vem se constituindo em um dos instrumentos de ação do Estado, delineada no contexto brasileiro sob a influência de movimentos internacionais e da mobilização da sociedade civil. Dessa maneira, a implementação da política norteadora do TEC NEP pode servir de direcionamento político para a manutenção ou mudança dos discursos e dos seus desdobramentos na constituição de novos saberes para a construção de uma instituição capaz de atender à diversidade de seus alunos. Considera-se que, a implementação do TEC NEP não vem alcançando resultados que modifiquem de fato a situação vivenciada pelos estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados na RFEPC que buscam dar continuidade aos estudos dentro da educação básica associada a uma formação profissional. Esses alunos são impedidos pela falta de políticas institucionais-locais que os incluam no processo formativo.

Palavras- chaves: TEC NEP, Políticas Públicas, Educação Profissional, Educação Especial.

## **O TEC NEP COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Ana Lídia Braga Melo Cunha  
Lenina Lopes Soares Silva

*Instituto Federal do Rio Grande do Norte*  
*albmpedagoga@hotmail.com*  
*lenina.lopes@ifrn.edu.br*

### **1 INTRODUÇÃO**

O suporte empírico dessa comunicação é a Ação Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP), criada no ano 2000, na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Essa ação é discutida como uma política pública de âmbito nacional voltada para o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados.

A fim de atender a esses estudantes e aos preceitos legais nacionais e às recomendações internacionais a RFEPCT teve a prática da Educação Inclusiva introduzida, efetivamente, por meio do TEC NEP como política educacional inclusiva. Os princípios que norteiam a proposição dessa política destacam a igualdade de oportunidades como fator de desenvolvimento da cidadania, enfatizando o papel da inclusão como agente para o redimensionamento social. O TEC NEP encontra-se, assim, na intercessão entre as modalidades da Educação Profissional e da Educação Especial como política que busca a efetivação de direitos sociais e a garantia do cumprimento da legislação brasileira.

Logo, ao avaliarmos a implementação dessa política, consideramos que ela vem se constituindo em um dos instrumentos de ação do Estado, delineada no contexto brasileiro sob a influência de movimentos internacionais e da mobilização da sociedade civil. Dessa maneira, a implementação da política norteadora do TEC NEP pode servir de direcionamento político para a manutenção ou mudança dos discursos e dos seus desdobramentos na constituição de novos saberes para a construção de uma instituição educativa capaz de atender à diversidade de seus alunos.

Assim, objetivamos apresentar uma análise reflexiva sobre o TEC NEP como política pública, visando compreender o processo de sua implementação na RFEPCT.

Neste trabalho, compreendemos como Mazzotta (2011), que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que utiliza um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, buscando garantir a educação formal dos alunos que apresentam necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens (MAZZOTTA, 2011, p. 11).

Dessa forma, no estudo em questão, utilizamos, também, o termo necessidades educacionais especiais, por ser assim assumido nas normas legais: Lei nº 7.853, de 24/10/1989 (BRASIL, 1989), no Decreto nº 6.949, de 25/08/2009 (BRASIL, 2009).

Neste sentido, adotamos a concepção de Educação Profissional, pautada numa educação baseada nos princípios da escola unitária gramsciana<sup>1</sup>. Essa na escola do trabalhador é vista como espaço da formação humana integral, o que pressupõe uma relação dialética com os conhecimentos, vistos na sua totalidade e em suas especificidades. Essa perspectiva de Educação Profissional busca superar a dualidade histórica entre formação geral e formação profissional, tendo o currículo, nessa concepção de educação e de escola, como eixo estruturante da integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, baseando-se no trabalho como princípio educativo; entendendo trabalho em sentido ontológico, como constitutivo e constituinte do sujeito, o que indica que ele não se reduz à produção de sua existência material, mas possibilita a produção de cultura (MACHADO, 2013, p. 43).

## **2. METODOLOGIA**

Na investigação desenvolvida, utilizamos uma abordagem teórica baseada no materialismo histórico-dialético como método de investigação e também de exposição por partimos da proposição de que as sociedades podem se transformar. Optamos por essa abordagem por ser necessário o rompimento com o modo de pensar e com a ideologia dominante, reconhecendo, de forma crítica, as diferenças e conflitos existentes na concepção de realidade (FRIGOTTO, 2010).

Para atingir o objetivo proposto, desenvolvemos, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica que possibilitou a revisão da literatura relacionada ao objeto de estudo e permitiu a identificação de

---

<sup>1</sup> A escola unitária gramsciana pauta-se no trabalho como princípio educativo. Segundo Gramsci (1991, p. 125): “O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo”. Nesse sentido, um novo contexto de relações entre a vida e a cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial deverão promover uma reorganização cultural que após a escola unitária passarão para o trabalho profissional. Assim, consideramos a necessária organização acadêmica, para que os elementos sociais empregados no trabalho profissional não caiam na passividade intelectual.

lacunas, despertando-nos para a observação de aspectos que contribuíram para um maior entendimento do TEC NEP.

Neste trabalho realizamos uma pesquisa documental na qual buscamos captar nos documentos do TEC NEP o processo de implantação e as ações desenvolvidas. Os documentos analisados foram: Documento Base -Versão III (BRASIL, 2009); Portaria n° 29, de 25 de Fevereiro de 2010 (BRASIL,2010); Ação TEC NEP, dez anos depois... Censinho 2011 (BRASIL, 2011); Relatório das Ações de Inclusão de Pessoas com Necessidades Específicas realizadas no período de 1999 a 2013- Ação TEC NEP, elaborado pela Assessoria de Ações Inclusivas, da Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica/SETEC (BRASIL, 2013); II Carta de Brasília, elaborada no Fórum Distrital de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, realizado em Brasília de 26 a 29 de agosto de 2013. Assim, na seção seguinte trataremos da implementação desse programa.

### **3. O TEC NEP E SUA IMPLEMENTAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA INCLUSIVA NA REDE FEDERAL**

A Educação Profissional voltada para as pessoas com necessidades educacionais especiais passou a constar nas pautas de discussão dentro da RFEPCT em 1999. Assim, a Coordenação Geral de Desenvolvimento da Educação Especial (SEESP), do Ministério da Educação (MEC) solicitou a identificação na RFEPCT das escolas que ofertavam ou desenvolviam Educação Profissional para pessoas com deficiência. Pelo atendimento dessa solicitação foram identificados 153 alunos matriculados nas Escolas Agrotécnicas, 17 nas Escolas Técnicas e 97 nos CEFET. À época, das 135 escolas da RFEPCT, apenas, 30% afirmaram realizar cursos ou ações para pessoas com deficiência (BRASIL, 2000). Isso demonstrou que a Rede não tinha políticas voltadas para o atendimento dessas pessoas.

Em face desse contexto, no ano 2000, formou-se um grupo de trabalho das secretarias do Ministério da Educação, a SETEC e a antiga Secretaria de Educação Especial (SEESP), hoje, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que apresentou uma proposta de ação integrada, tendo sido estabelecidos princípios gerais, pressupostos e estratégias para uma Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva (EPTI) (NASCIMENTO; FARIA, 2013). Os resultados desse grupo de trabalho deu impulso aos debates para a posterior agenda e formulação da política em estudo.

A formulação do TEC NEP, enquanto política pública inclusiva na RFEPCT, voltada para a inclusão desses alunos no ensino médio preceitua o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. A esse propósito, consideramos pertinente o Documento base:

O século XXI se inicia com uma grande perspectiva de atendimento ao preceito legal de que todos são iguais perante a lei. O Programa TEC NEP, ao final desta etapa inicial, já tem material para dar subsídios à definição das Diretrizes que serão implementadas no atendimento à pessoa com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2006, p. 13, grifo nosso).

Contudo, de acordo com estudos já efetivados por Anjos (2006), Azevedo (2007), Mota (2008), Rodrigues (2010), Rosa (2011), Costa (2011), Silva (2011a), Santos (2011), Silva (2011b), Bez (2011), Nóbrega (2011), Bortolini (2012), Rech (2012), Waldemar (2012), Margon (2012), Coimbra (2012), Machado (2012), Zamprogo (2013), Bettin (2013), Oliveira (2013), Moura (2013a), Marques (2014) e Esteves Neto (2014) sua efetiva implantação ainda tem limites e desafios a serem superados.

Neste estudo, consideramos que, ao investigarmos a implementação do TEC NEP, buscamos compreender a capacidade da RFEPCT em conjugar recursos humanos e materiais para a mobilização e o desenvolvimento de ações, nas quais estejam envolvidos os gestores, funcionários, professores e alunos dos Institutos e que sejam capazes de alcançar os objetivos explicitados na política. Segundo Mendes e Sordi (2013, p. 104): “a implementação envolve etapas: a) as decisões prévias que tenham estabelecido os objetivos e metas; b) promulgação da legislação e os recursos assegurados”.

Em face do exposto, entendemos que a política norteadora do TEC NEP nos lança diante de mais uma contradição dentro da lógica capitalista, visto que essa política emerge das demandas sociais e das orientações políticas nacionais e internacionais, mas desde a sua formulação, encontra-se fadada à desmobilização, pelo fato de não apresentar, em seus documentos, uma estrutura clara da sua formulação com: objetivos, critérios, dinâmica de implantação, financiamento, acompanhamento e avaliação.

Na sua dinâmica de implementação, não conseguimos identificar o desenvolvimento de ações, capazes de contemplar todas as estratégias propostas para o desenvolvimento da política inclusiva na Educação Profissional integrada ao Ensino Médio para garantir às pessoas com necessidades especiais o direito à educação e ao trabalho.

Os Institutos criados em 2008 não avançaram, ao longo dos anos do TEC NEP, em propostas pedagógicas, que pudessem ser revertidas em um Projetos Político-Pedagógicos com uma proposição de educação capaz de incluir esses alunos conforme indicam os estudos supracitados. Assim, compreendemos que a RFEPCT precisa avançar nas questões em torno do acesso, com processos seletivos adaptados, a contratação de intérpretes e profissionais especializados, para que se promovam as condições para um processo seletivo que garanta o acesso aos estudantes com necessidades educacionais especiais e que supere a histórica exclusão social; garantindo-lhes a necessária formação para o ingresso no mundo do trabalho.

No âmbito da avaliação da efetividade do TEC NEP, percebemos o que foi previsto para essa ação governamental e os resultados obtidos pelo programa. Ao final das nossas análises, observamos que, nos desdobramentos da política pública inclusiva implementada na RFEPCT, ocorreram inconsistências no próprio desenho da política. No percurso da sua implementação não identificamos momentos significativos visando otimizar o desempenho da ação governamental, empregada com essa política, os documentos oficiais do programa não apresentam dados do número de alunos que tem acesso, que permanecem e concluem os estudos na RFEPCT em nível médio.

Os resultados alcançados pelo TEC NEP e os seus benefícios diante dos custos de sua implementação são relevantes. Contudo, não existem informações sobre o financiamento e destinação de verbas para o programa estudado, tornando assim, uma Ação Política sem alicerce. A falta de recursos financeiros foi indicada como desafio por Anjos (2006), Costa (2011) e Waldemar (2012). Esse desafio representa um elemento central ao analisarmos o processo de implementação de um programa ou política, por indicar, também, os direcionamentos da gestão dos recursos recebidos para a definição de prioridades e as ações que serão desenvolvidas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de avaliação da implementação do TEC NEP deveria contemplar os aspectos sociais e políticos (conceitual, metodológico, operacional) envolvidos na formulação e implantação dessa política inclusiva dentro da RFEPCT, visto que se encontra inserida no contexto das demais políticas inclusivas e da política global de um governo ou de um período histórico definido. Assim, o TEC NEP foi concebido, no final do século XX, e permeou dentro da RFEPCT mudanças na política institucional geradas por mudanças no governo central brasileiro. Essas mudanças acabaram influenciando os contornos que a política assumia dentro da RFEPCT e se refletiram nas prioridades



da política interna desenvolvida dentro dos Institutos que indicam os caminhos do desenvolvimento de ações e a destinação de recursos financeiros para execução de ações previstas e ou necessárias para as demandas dos alunos beneficiários dessa política.

Nesse sentido, consideramos necessário compreender a destinação de verba pública para a Educação Profissional e o repasse dessas verbas para os programas existentes dentro da RFEPCT, pois esse repasse ou a ausência dele indicam as prioridades que são estabelecidas. O TEC NEP pelo fato de possuir uma baixa destinação de verbas, aponta um limite fundamental para o desenvolvimento de ações e os rumos que a política inclusiva vem tomando ao longo dos anos na implementação do TEC NEP na RFEPCT em cujo cerne responsivo se encontra a formação profissional dos sujeitos que nela ingressam.

Em virtude do que foi analisado pelos autores estudados e pela análise documental empreendida nesse estudo, a política inclusiva norteadora do TEC NEP precisa ser revista, avaliada e ser submetida a um novo desenho dentro da instituição, para que possa incluir ações claras com a participação das diferentes instituições e setores, com um sistema efetivo de financiamento. Para que o governo assuma, efetivamente, políticas inclusivas e não, apenas, divulgue que está promovendo a inclusão escolar, o movimento da política deve levar os professores e todos os envolvidos com a instituição a refletirem e aceitarem a sua responsabilidade quanto à aprendizagem de todos os alunos da Rede. O principal resultado deve ser a possibilidade de que os alunos com necessidades educacionais especiais, efetivamente, possam se sentir parte integrante daquele ambiente educacional, sendo aceitos e apoiados por seus pares e por todos os membros da escola.

Considera-se que a implementação do TEC NEP não vem alcançando resultados que modifiquem de fato a situação vivenciada pelos estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados no Ensino Médio que buscam dar continuidade aos estudos dentro da educação básica associada a uma formação profissional na Rede e são impedidos pela falta de políticas institucionais-locais que os incluam no processo formativo.

## **5. REFERÊNCIAS**

ANJOS, I. R. S. **Programa TEC NEP: avaliação de uma proposta de Educação Profissional Inclusiva.** 2006. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

AZEVEDO, G. M. E. **O programa TEC NEP no CEFET-PE: da invisibilidade a visibilidade social dos cidadãos com necessidades educacionais especiais.** 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.



BETTIN, S. A. C. **Política Educacional de Educação Inclusiva de alunos com deficiência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul- Rio Grandense/ Campus Pelotas.** 2013. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2013.

BEZ, A. S. **Inclusão escolar:** as experiências do Grupo de Discussão do Instituto Federal Catarinense- Campus Sombrio. 2011. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

BORTOLINI, S. **Desafios e estratégias para tornar o IFRS – Campus Bento Gonçalves uma escola inclusiva.** 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL, Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em : 15 jan. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Programa TECNEP:** educação, tecnologia e profissionalização para pessoas com necessidades educativas especiais. Brasília, DF: MEC, 2000b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Técnica e Profissionalizante - Educação, Tecnologia e Profissionalização para alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Técnica e Profissionalizante - Educação, Tecnologia e Profissionalização para alunos com Necessidades Educacionais Especiais. **Documento Base Versão III.** Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Ação TEC NEP:** humanizando a educação profissional e tecnológica. Brasília: [s.n.], 2010a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Portaria nº 29, de 25 de fevereiro de 2010. **Diário Oficial da União nº 38,** de 26 de fev. de 2010c. Disponível em: <http://www.cmconsultoria.com.br/imagens/diretorios/diretorio14/arquivo2225.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Censinho TECNEP.** Brasília: MEC, 2011.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Políticas de inclusão de pessoas com deficiência na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica:** relatório das ações de Inclusão de Pessoas com Necessidades Específicas realizadas no período de 1999 a 2013 – Ação TECNEP, elaborado pela Assessoria de Ações Inclusivas, da Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica/ Setec. Brasília: [s.n.], 2013.

CARLOU, A. **Inclusão na Educação Profissional**: visão dos gestores do IFRJ. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COIMBRA, F. C. C. L. **Aluno com deficiência visual**: perspectivas de educação profissional inclusiva na história e na memória do Instituto Federal do Pará- Campus Belém de 2009 a 2012. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

COPETTI, G. L. Prefácio. In: NASCIMENTO, F. C.; FLORINDO, G. M. F.; SILVA, N. S. (org.). **Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva**: um caminho em construção. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013.

COSTA, G. M. A. **Núcleo de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais (NAPNE)**: ações para a inclusão em uma instituição de ensino profissional do Estado de Pernambuco. 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

DENARI, F. E. Universo e destinação de adultos com deficiência mental: respostas institucionais e seus direitos de cidadania. In: MARTINS, L.A.R. et al (org.). **Inclusão**: compartilhando saberes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

ESTEVES NETO, Hildebrando. **Preconceito e contato intergrupar**: um estudo dos núcleos de apoio as pessoas com necessidades específicas. 2014. 255 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba/Instituto Federal de Mato Grosso, João Pessoa, 2014.

FRANÇA, R. L. O trabalho como princípio da dignidade da pessoa humana: estado, educação e cidadania. In: LUCENA, C. (org.). **Capitalismo, estado e educação**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

FRIGOTTO, Gaudencio. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio Cesar F. (org.). **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

\_\_\_\_\_. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1991.

JANNUZZI, G. S. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2012.

LEITZKE, R. B. **Profissionalização e educação especial**: um estudo sobre o processo inclusivo na profissionalização de estudantes com necessidades educacionais específicas. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de Pelotas, Porto Alegre, 2012.

MACHADO, C. M. F. **Inclusão de estudantes com necessidades especiais no ensino agrícola**: experiências docentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais –

Campus São João Evangelista-MG. 2012. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012.

MARGON, S. **Acessibilidade e inclusão escolar no ensino agrícola**: um estudo de caso sobre as condições de acessibilidade física com foco no aluno com deficiência visual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES)- Campus Santa Teresa. 2012. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2012.

MARQUES, C. L. **Educação Profissional**: o ingresso, as tecnologias e a permanência dos alunos com deficiência no Instituto Federal de Brasília. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MELO, F. R. L. V. et al. Ação Tec Nep: análise de dissertações e teses publicadas na base de dados da Capes. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 8., 2013, Londrina. **Anais** eletrônico Londrina: UEL, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT06-2013/AT06-010.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

MOTA, R. M. S. **A educação especial no ensino profissionalizante das escolas agrotécnicas federais**: possibilidade de inclusão. 2008. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MOURA, K. C. B. A política de inclusão na educação profissional: o caso do Instituto Federal de Pernambuco/ Campus Recife. 2013. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013a.

MOURA, D. H. A relação entre a educação profissional e a educação básica na Conae 2010: possibilidades e limites para a construção do Novo Plano Nacional de Educação. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 875-894, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 set. 2013.

NASCIMENTO, F. C.; MARTINS, I. C.; BUGARIM, M. C.; MARTINS, A. A Ação TECNEP – Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas como ferramenta de inclusão nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. **Inter Science Place**: revista científica internacional, ano 4, n. 18, jul./set. 2011.

NASCIMENTO, F. C.; FARIA, R. A. Questão da inclusão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da Ação TEC NEP. In: NASCIMENTO, F. C.; FLORINDO, G. M. F.; SILVA, N. S. (org.). **Educação profissional e tecnológica inclusiva**: um caminho em construção. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013.

NASCIMENTO, F. C.; FLORINDO, G. M. F.; SILVA, N. S. (org.). **Educação profissional e tecnológica inclusiva**: um caminho em construção. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013.

OLIVEIRA, V. V. **Narrativas de alunos e profissionais sobre inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em uma Instituição Federal de ensino.** 2013. 241 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013.

RAMOS, M. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artemed, 2010.

RECH, J.G. **O caráter humanitário da formação dos sujeitos da educação especial no Instituto Federal de Santa Catarina.** 2012. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RODRIGUES, A. S. **A educação inclusiva na perspectiva da teoria das representações sociais: concepções docentes e discentes do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Campus Salinas.** 2010. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES, L. C. Avaliação de políticas públicas no Brasil: antecedentes, cenário atual e perspectivas. In: PRADO, E. C.; DIÓGENES, E. M. N. (org.). **Avaliação de políticas públicas: interface entre educação e gestão escolar.** Maceió: EDUFAL, 2011.

ROSA, V. F. **Políticas públicas educacionais, direitos sociais e democratização do acesso à escola: uma visão à partir da implantação da ação TECNEP na Rede Federal de Educação Tecnológica.** 2011. 137 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2011.

SANTOS, Y. B. S. **As políticas públicas de educação para a pessoa com deficiência: a proposta desenvolvida nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, I. M. A. **Políticas de Educação Profissional para pessoa com deficiência.** 2011a. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011a.

SILVA, I. C. M. **A política de educação inclusiva no ensino técnico- profissional: resultados de um estudo sobre a realidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco Campus Vitória de Santo Antão.** 2011b. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011b.

WALDEMAR, T. M. N. **Inclusão Educacional de pessoas com deficiência no Instituto Federal de Minas Gerais.** 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação Continuada, Pesquisa e Extensão, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2012.

ZAMPROGNO, M. B. **As políticas de inclusão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica: o caso do Instituto Federal do Espírito Santo** 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

